

# LUGAR, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

*Juliano Rosa Gonçalves*

professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília  
[juliano.goncalves@ifb.edu.br](mailto:juliano.goncalves@ifb.edu.br)

*Marília Luiza Peluso*

pesquisador colaborador senior da Universidade de Brasília  
[peluso177@gmail.com](mailto:peluso177@gmail.com)

**Resumo:** Os principais conceitos estruturantes do discurso geográfico — espaço, território, lugar, região e paisagem — oferecem ferramentas teóricas relevantes para as pesquisas no campo da identidade. Neste artigo, apontam-se as potencialidades dos conceitos de “território” e “lugar” trabalhados articuladamente (no modelo “constelação de conceitos”) e aplicados a investigações que tenham a identidade territorial como tema. Para tanto, fez-se uso de metodologia qualitativa, por meio de revisão de literatura. No decorrer da reflexão, verificou-se que lugar e território, quando mobilizados articuladamente, oferecem importante chave para análise e interpretação das identidades territoriais.

**Palavras-chave:** Identidade territorial; território; lugar.

## PLACE, TERRITORY AND TERRITORIALITY IN IDENTITY CONSTRUCTION

**Abstract:** Space, territory, place, region, and landscape are the main structuring concepts of geographical discourse and provide relevant theoretical tools for fieldwork on identity. This paper presents the potential of “territory” and “place” when we deal with them in a connected way — as in the constellation of concepts model —, and they are applied to research whose theme includes territorial identity. Therefore, we have used a qualitative method based on a revision of bibliography. Reflecting on the issues has shown that place and territory, when mobilized in a connected way, provide important keys for the analysis and interpretation of territorial identities.

**Keywords:** territorial identity; territory; place.

## LUGAR, TERRITORIO Y TERRITORIALIDAD EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD

**Resumen:** Los principales conceptos estructurantes del discurso geográfico — espacio, territorio, lugar, región y paisaje — ofrecen herramientas teóricas relevantes para la investigación en el campo de la identidad. En este artículo, señalamos el potencial de “territorio” y “lugar” trabajados juntos (en el modelo de la “constelación de conceptos”) y aplicados a investigaciones que tienen como tema la identidad territorial. Por lo tanto, se utilizó una metodología cualitativa, a través de una revisión de la literatura. Durante la reflexión, se verificó que el lugar y el territorio, cuando se movilizan articuladamente, ofrecen una clave importante para el análisis e interpretación de las identidades territoriales.

**Palabras clave:** identidad territorial; territorio; lugar.

### 1. INTRODUÇÃO

As preocupações anunciadas neste artigo originaram-se no decorrer de uma pesquisa de pós-graduação em Geografia, quando se averiguou um instrumental teórico-metodológico que melhor equacionasse as questões colocadas à identidade na Geografia. No centro, está o fato de que “a dimensão espacial constitui um elemento [...] onde uma memória coletiva [é construída] ao longo do tempo [e desenvolve-se, assim] um sentimento de pertencimento e apropriação” (FAGNONI, 2013, p. 4).

Rápida pesquisa bibliográfica em repositórios de revistas científicas (Periódicos CAPES) e banco de teses e dissertações (Teses e Dissertações do Domínio Público) indicava, à época (2013/2014), muitas trajetórias possíveis. Apoiavam-se, para tanto, em quaisquer dos assim chamados conceitos estruturantes da Geografia (espaço, território, região, lugar e paisagem), filiados a diferentes correntes do pensamento geográfico, mas tangenciando também outras áreas do conhecimento.

Dentre as possibilidades, trilhar a pesquisa pelas identidades territoriais era mais usual. Foi realizada, entre outros, por Almeida (2005), Mondardo (2009), Pinheiro e Ferraz (2009), Saquet e Briskievicz (2009), Chelotti (2010), Police (2010), Lima (2014) e Silva (2014).

Em torno da região (identidades regionais), clássico conceito geográfico, vários pesquisadores, inclusive fora da Geografia, apresentavam importantes caminhos e resultados de pesquisa, como Albuquerque (2001), Carneiro (2005), Paula (2006), Brum Neto (2007), Reis (2007) e Haesbaert (2010).

Identidade de/do lugar — compreendido tanto como o sentido de pertencimento a determinado espaço, construído coletivamente pelas pessoas, como também a tentativa de reconhecimento da essencialidade de um conjunto espacial (a “alma do lugar”) — atraía atenção de geógrafos, arquitetos urbanistas e psicólogos ambientais, como Vieira (2004), Kohlsdorf (2005), Mourão e Cavalcante (2006), Graelm (2007), Moreira e Hespanhol (2007), Mello (2011), Arcaro e Gonçalves (2012), Leite (2012), Santana (2012), e Jerônimo e Gonçalves (2013).

Já identidade da paisagem, de relativo uso na Geografia, mas consagrada principalmente no estudo do patrimônio, era referenciada por Coutinho (2004), Gusmão (2010), Nascimento e Scifoni (2010), Falcade (2011), Motter (2011) e Netto (2014).

Por fim, foi possível também encontrar referências para, de forma mais genérica e ampla, tratar de identidades espaciais em Claramunt (2008), Silva (2009) e Lins (2012), sob lentes da urbanista, da geógrafa e do geolinguista (posto suas duas graduações, em Letras e em Geografia), respectivamente.

Opções de diálogo com o tema (identidades na Geografia) não faltavam, por óbvio.

Por uma feliz coincidência, uma descoberta entre centenas de artigos publicados no XVI Encontro Nacional de Geógrafos, ocorrido em Porto Alegre em 2010, redirecionou os caminhos da pesquisa. Enquanto muitos geógrafos despendiam necessários esforços no aclaramento e distinção, entre si, dos pilares conceituais da Geografia, Cruz (2010) apresentava possibilidades de uso combinado de conceitos; e o fazia a partir de referências da Filosofia (Deleuze e Guattari, essencialmente), oxigenando um campo em que se pratica tradicionalmente a endogenia (geógrafos citando pares que remetem a conceitos criados e debatidos na própria Geografia), em uma verdadeira “obsessão em produzir epistemologia autossuficiente”, conforme alerta Reis Júnior (2021, p. 40).

O que segue, neste artigo, tem raízes na leitura referencial, especialmente na seção seguinte, na qual se trata do “conceito do conceito”. A partir desse debate, inscrevem-se as seções subsequentes, deliberadamente reduzidas para serem expostas no formato do artigo.

Assim, na segunda seção, “conceitos na geografia”, inventaria-se brevemente as venturas e desventuras das escolhas conceituais para, posteriormente, apresentar seus usos por meio da “constelação de conceitos”. Na sequência, são abordados os conceitos de “lugar”, “território” e “territorialidade”, escolhidos em função da proximidade com “identidade territorial”.

A exploração do conceito de identidade territorial, feita na derradeira seção, é também uma tentativa de condensar as contribuições conceituais exploradas nas seções anteriores, uma vez que o senso de pertencimento que a identidade territorial evoca está, como assegura Harvey (2009, p. 170), “intimamente entrelaçado com a ideia de território e lugar”.

## 2. CONCEITOS

A escolha de conceitos por parte do pesquisador não é uma tarefa das mais fáceis. Além das diferentes possibilidades de leitura da realidade, os conceitos variam a depender das teorias as quais se vinculam. Guerra (2012, p. 14) ilustra bem essa dificuldade, uma vez que a escolha de conceitos não é (ou não deveria ser) arbitrária, pois “dependerá também da eficácia explicativa deles para a explicação do fenômeno que escolhemos como objeto de nossa pesquisa”. Se, por um lado, o “vale-tudo” no fazer-ciência pode se configurar como sedutora via (porquanto célere e, aparentemente, de simples aplicação), especialmente para pesquisadores com pouca experiência, por outro lado, no momento de selecionar o aparato teórico-conceitual, as teorias, metodologias e conceitos não podem ser vistos como camisas-de-força. A contrapartida para a liberdade de pesquisa, esclarece Bordieu (1989, p. 26), é “uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e as condições do seu emprego”.

A partir das heranças filosóficas do conhecimento geográfico, a compreensão do conceito transita, geralmente, entre dois grandes polos, estendendo-se em variações graduais de um extremo a outro. Em um polo, e associado ao empirismo, o conceito é defendido como uma representação do real, uma perfeita tradução da coisa-em-si; em outro, e guarnecido pelo idealismo, a existência do conceito subsiste como mero artifício do pensamento em ordenar a realidade. Para este trabalho se reconhece que o conceito “não é nem simples reflexo ou espelho

nem uma pura idealização a priori e ‘correta’” (HAESBAERT, 2014, p. 24). Apresenta-se uma alternativa equilibrada entre os dois polos, portanto. Os conceitos são, assim, uma construção sobre a realidade, mas, ao mesmo tempo, fundantes da realidade também, na medida em que “possibilitam ‘produzir realidade’, reinventando o real ao proporem sobre ele — e com ele — novas questões” (HAESBAERT, 2014, p. 31).

Contudo, é importante desviar-se do apelo sedutor por tratar a natureza do conceito enquanto “algo-que-aí-está”, exemplificado na realidade, demandando ao pesquisador apenas a tarefa de reconhecê-lo. Fetichizado, o conceito passa a ser compreendido como o real-em-si, e não um provisório conjunto organizado de ideias, socialmente elaboradas e estruturadas para a interpretação da realidade. O conceito objetifica-se, coisifica-se, abandonando seu papel de “ferramenta” de análise da realidade e esvaziando-se de seu potencial analítico, quando não se transformando em uma mera definição aprisionada a um nome.

## 2.1 CONCEITOS NA GEOGRAFIA

Na Geografia, Haesbaert (2014, p. 29) manifestou semelhante preocupação a respeito da terminologia adotada pelo conceito e o conceito em si ao defender que “não é a palavra que sintetiza um conceito, mas seu conteúdo teórico-filosófico” (HAESBAERT, 2014, p. 29). A discussão está, portanto, para além do “nome” estampado pelo conceito. Com efeito, no que pese o fato de um conceito ser expresso por um nome, ele “não é o nome, já que diferentes nomes podem exprimir o mesmo conceito” (ABBAGNANO, 2007, p. 164).

Em breve revisão de literatura sobre o tratamento dos conceitos na Geografia, Haesbaert (2014) indica significados semelhantes veiculados a terminologias conceituais diferentes. Ocorre, por exemplo, em construções teóricas feitas em outros campos disciplinares (como a filosofia tratando de espaço com sentido muito semelhante ao que a comunidade de geógrafos brasileiros, no geral, atribui ao território) ou mesmo na Geografia — como a aproximação do significado entre “lugar” e “território” entre as comunidades científicas inglesa e brasileira.

Por ora, é também importante reconhecer que o conceito não é construído isoladamente, encontrando-se sempre “em nexos, em relação com outros conceitos” (LENCIONI, 2008, p. 112).

Assim, há mobilização de outros conceitos que, em coerência com as referências teórico-

metodológicas do pesquisador, formam uma “família de conceitos” ou “constelação de conceitos”.

Quando se tem, por exemplo, o conceito de “região”, não é incomum abordá-lo “a partir do **espaço vivido** (a **identidade regional** — aqui enfatizada pelo conceito de **lugar**) e dos **regionalismos** como movimentos políticos (aqui priorizados na dimensão do **território**)” (HAESBAERT, 2014, p. 39, grifos nossos). Da mesma forma, uma das propriedades do conceito de território é evocar “um **espaço** de identidade [em leitura que] se aproxima muito daquela do **lugar**. **Lugar** que contempla, sobretudo, a dimensão do **espaço vivido**, com toda sua carga simbólica” (ALMEIDA, 2020, p. 104, grifos nossos). O conceito de “espaço vivido”, juntamente com “espaço concebido”, heranças do espólio intelectual do notável filósofo francês Henri Lefebvre, aproximam-se, respectivamente, dos conceitos de “**paisagem** — que, nitidamente, hoje prioriza o campo das representações — ou **lugar** — que [...] acaba sempre envolvendo questões que se manifestam em torno de processos de construção identitária e/ou do **espaço vivido**” (HAESBAERT, 2014, p. 43, grifos nossos).

Se tomados em sua condição ontológica, e não analítica, poderia ser feita uma referência a esses excertos como um conjunto confuso de conceitos: o espaço que, ao mesmo tempo, pode ser lugar, ou território, ou região. A confusão é aparente, todavia. A leitura correta desses conceitos, tão importantes para a compreensão da identidade territorial, viabiliza-se, sobretudo, por considerar a natureza do problema a ser explorado pela pesquisa, as diferentes raízes teórico-filosóficas em que se forjou o conceito, as variadas potencialidades conceituais a serem exploradas e, também, a singularidade do recorte temático em que se fará a análise da realidade.

Ao pesquisar especificamente a identidade territorial, Cruz (2011, p. 165), do mesmo modo, desvela a intersecção de conceitos ao reconhecer que o sentimento de “pertencimento a um lugar, a um território, [é construído] a partir das práticas e representações espaciais que envolvem [tanto o] domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço [como a] apropriação simbólico/expressiva do espaço”. Lugar e território, portanto, são conceitos que se articulam, lançando luzes sobre o fenômeno da formação das identidades territoriais.

Assume-se aqui, desse modo, que os conceitos não se comportam de forma insular, como luzes isoladas no conjunto da teoria. Os conceitos conectam-se, aproximam-se, sombreiam-se. Ao se conectarem, formam uma rede de sentidos, uma “caixa de ferramentas” (como sugere

Deleuze em conversa com Foucault), disposta ao pesquisador para a análise do recorte da realidade. Em conjunto, aproximam-se da metáfora da constelação: há um conceito regente que ilumina a realidade estudada e que, a depender da abordagem (ou foco), coloca em relevância determinado fato ou fenômeno tratado (HAESBAERT, 2014). Tal conceito articula-se com outros que, a rigor, apresentam-se como auxiliares na compreensão e na leitura do mesmo fato ou fenômeno abordado. Em seus limites, o conceito “apresenta um recobrimento parcial, uma zona de vizinhança ou um limite de indiscernibilidade com um outro” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 29). Ainda utilizando a caixa de ferramentas como metáfora, Souza (2013, p. 11), mesmo não fazendo uma defesa da “constelação de conceitos” como proposta metodológica, alega convergentemente que “privilegiar um determinado conceito [...] me parece algo tão bizarro quanto um artesão que, independentemente do trabalho almejado e do material, insiste em só trabalhar com uma única ferramenta”.

## 2.2 A CONSTELAÇÃO DE CONCEITOS

Considera-se “constelação de conceitos”, para fins deste trabalho, a delimitação de um conjunto de conceitos articulados entre si e organizados em função de questões relacionadas ao objeto de pesquisa. Tais conceitos vinculam-se em movência, ora se aproximando, ora se distanciando, sincronizadamente: enquanto um assume protagonismo, outro se torna coadjuvante. Deleuze e Guattari (1992, p. 29) consideram que é da natureza dos conceitos, em seu movimento histórico, serem organizados de modo que “se acomodam uns aos outros, superpõem-se uns aos outros, coordenam seus contornos, compõem seus respectivos problemas, pertencem à mesma filosofia, mesmo se têm histórias diferentes”. A contiguidade da realidade exige interconectividade dos conceitos. Assim, “cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes” (DELEUZE; GUATTARI, p. 30).

Essa interdependência entre os conceitos qualifica ainda mais o olhar sobre como os pesquisadores fazem suas opções teórico-metodológicas. Levantamentos de estado da arte de um tema expõem essa diversidade. Panitz (2011), por exemplo, ao procurar uma relação entre a Geografia e a Música, encontra uma diversidade de abordagens conceituais: há pesquisadores que

mobilizam o espaço, ou o território, ou o lugar, ou a região, ou a paisagem como conceito central, ao redor do qual orbitam os demais.

Evidentemente, tratar do território como conceito-chave para análise atrai, ao recorte da realidade para a qual o cientista se volta, uma possibilidade de “iluminar” um fato ou fenômeno sob determinadas lentes que, historicamente, estão agregadas de sentidos mais ou menos consensuais. A escolha por território — para continuar o exemplo — é motivada pelo interesse do pesquisador em ressaltar um aspecto (poder, apropriação, ação dos Estados ou grupos sociais) que, se tomado o lugar ou a paisagem como conceito-chave, não se teria o equacionamento do problema — e das questões postas — satisfatoriamente. Em outras palavras, ao se manejar o conceito de território no plano analítico, cria-se a expectativa de que a realidade investigada seja aclarada de tal maneira que, se usado outro conceito, não se desvelaria a opacidade do objeto investigado.

É nesse jogo metafórico de luzes e sombras que Cruz (2010) aborda os conceitos centrais da Geografia, inspirado na proposta conceito-filosófica deleuziana. Assim, o conceito possui uma linha de visibilidade que “ilumina de um certo modo a superfície do real, dando forma, contorno, maior nitidez e resolução a certos aspectos, dimensões e fenômenos da realidade” (CRUZ, 2010, p. 5).

Dessa forma, o conceito de território relaciona-se às questões de poder, de posse; é esse o aspecto intensamente iluminado, mesmo que, secundariamente, evoque o sentido de apropriação, de símbolos emanados pela posse ou fruição do espaço. É na opacidade (os tais aspectos secundários, na penumbra da luz lançada) do território que o conceito de “lugar” lança luzes; isto é, os sentidos antes secundarizados no conceito de “território” agora são trazidos à frente, assumindo protagonismo. Privilegia-se a dimensão do cotidiano, das experiências vividas, da afetividade, da memória. É a conjugação da política à poética (CRUZ, 2010, p. 6): se há entre os conceitos de território e lugar notáveis diferenças, é na zona de sobreposição entre ambos que “vemos elementos que se assemelham como, por exemplo, da questão do pertencimento e da identidade que tanto um quanto outro conceito recobre parcialmente”. Verifica-se, aqui, notável fluidez e trocas entre os conceitos (SOUZA, 2019), o suficiente para, nesse entrelaçamento, enriquecer a capacidade analítica de ambos.

### 3. O LUGAR

O lugar é “o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (CARLOS, 2007, p. 17). O corpo é, também, a chave para o acesso ao lugar, na medida em que, em dialética relação, torna-se “um guardador de lugares”, e o lugar, por sua vez, transforma-se em “um guardador de relações corporais” (CHAVEIRO, 2012, p. 253-255). Nos últimos anos, dado o avanço nas telecomunicações, o entorno do corpo do indivíduo tem se ampliado: limitações impostas pela distância têm sido progressivamente superadas. Nesse sentido, Giddens (2002, p. 175) reforça que “eventos distantes podem tornar-se tão familiares ou mais familiares que influências próximas”. O lugar torna-se multiescalar. Em todo caso, “o lugar continua sendo um locus crucial para a experiência diária” (CASTREE, p. 163)

Os lugares são construção humana. São o espaço geográfico sendo dotado de sentido. Assim, “como sujeitos, os seres humanos constroem lugares — de pertencimento e identidade” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2012, p. 112). Trata-se do enraizamento do homem, na perspectiva do rizoma, que se constitui em múltiplas direções, recebendo influências e modificando-se constantemente. Nesse sentido, a dimensão subjetiva é apenas um componente do lugar, mesmo admitindo, como fazem Boyer e Stoll (2017, p. 5), que “ser alguém é ser de algum lugar, genealógica e espacialmente falando”. Com isso, se é essencial considerar as experiências individuais ou coletivas, é importante também considerar o “significado [do lugar a partir] das forças sociais, políticas e econômicas e das relações de classe que produzem sua forma espacial, material e social” (LOW, 2017, p. 32).

Os avanços nos transportes e telecomunicações permitiram, em processo desigual e combinado, a intensificação das interconexões entre os lugares. Em atenta observação, Haesbaert (2014, p. 47) considera que o lugar se tornou “muito mais complexo pela crescente mobilidade”. Extrapola-se, aqui, o sentido do lugar como “pausa no movimento”, conforme evocado por Tuan (1983, p. 153). Em defesa da atualidade e da importância do conceito de lugar, Berdoulay e Entrikin (2012, p. 101) ressaltam que “os indivíduos sempre teceram os laços entre identidade e espaço [...]. A característica dominante dos lugares no seio da modernidade é sua mutabilidade”. Na mesma direção, Marandola Jr. (2012, p. 230) advoga que o lugar faz referência ao cotidiano, mantendo-se “em dia com cada temporalidade” e, por isso, “longe de ser estático, ele é dinâmico, pois corresponde à própria essência do ser, que é igualmente viva”.

São as relações entre a sociedade e a natureza que permitem “a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade” (CARLOS, 2007, p. 17). A formação da identidade se constitui a partir da vivência cotidiana dos sujeitos. Dessa maneira, o lugar é carregado de densidade pela memória, “que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a ‘situação’ se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo” (CARLOS, 2007, p. 21). Assim, o lugar é o lar da identidade (BOSSÉ, 1999).

Desse modo, o sentimento de pertencimento dá-se tanto a nível micro, como o estimulado pelo lar, pela rua, pelo bairro, quanto a nível macro, como aquele que emana do país. Portanto, “os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um Estado-Nação” (TUAN, 1995, p. 149). A robustez dessa relação de pertencimento não é necessariamente provocada pela proximidade. Sentimentos pátrios podem ser cultivados mais intensamente do que o pertencimento ao bairro de sua cidade. Berdoulay e Enrikin (2012) expressam bem essa condição: as identidades nacionais são, frequentemente, tidas como de “intenso pertencimento”, enquanto aquelas vinculadas ao entorno imediato são geralmente percebidas como “relativamente fracas”. A escala geográfica não foi obliterada; ela permanece, mas agora subordinada ao impacto das relações sociais, mediado e potencializado pelo poder da técnica, força integradora do mundo atual. Por essa razão, esclarece Smith (1993, p. 74), é equívoco considerar como equivalentes “o local com o concreto, o global com o geral”.

Portanto, de um lado, o lugar responde pela “significação e experimentação concreta do mundo” (HAESBAERT, 2014, p. 46); de outro, em sentido muito próximo, está o território (compreendido para além da análise do exercício do poder estatal ou de corporações capitalistas), visto como portador de características funcionais e simbólicas, de modo que “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014, p. 57).

#### **4. O TERRITÓRIO**

O conceito de território é frequentemente utilizado como sinônimo de espaço geográfico (SPOSITO, 2004). Haesbaert (2001) sugere que essa confusão ocorre pelo uso constante, feito

por vários cientistas sociais desde o final do século XX, do conceito de “território” no sentido de “substrato material”. De qualquer forma, o exercício do poder no espaço é o diferencial do conceito de território (SOUZA, 2013). O território é “um olhar sobre o espaço geográfico que coloca seu foco nas relações de poder”. Tal “poder” não deve ser entendido apenas em sua manifestação jurídico-política (o Estado atuando como dominador do espaço geográfico), mas também, como bem aponta Haesbaert (2014, p. 57), como apropriação do espaço geográfico por grupos sociais, em “um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido”. O território converte-se em um “campo de forças”, a expressão espacial de “uma relação social tornada espaço — mesmo que não de modo diretamente material” (SOUZA, 2013, p. 98). Nesse sentido, Haesbaert (2012) propõe dupla identificação no reconhecimento histórico do conceito de território: território-zona e território-rede.

No território-zona, o território é tomado em seu sentido tradicional: predomina o protagonismo do Estado, dispondo do espaço com vistas à organização e contenção dos fluxos (mercadorias, capital, informações, pessoas). As fronteiras são, quase sempre, bem delimitadas. Antes hegemônico, especialmente na constituição do Estado-Nação, o território-zona perdeu importância frente à emergência e consolidação do território-rede.

Já o território-rede está mais relacionado à lógica empresarial, uma vez que o território é orientado para a organização de fluxos entre diferentes pontos, organizando uma rede. As fronteiras são fluidas, móveis, provisórias. Na complexidade do espaço geográfico, as duas lógicas territoriais (zonais e reticular) interpenetram-se e superpõem-se.

Adicionados a esses dois importantes atores (Estado e corporações capitalistas), outros protagonistas se mobilizam em força reativa e se organizam especialmente como contraponto a ambos. São os movimentos sociais, não importando a escala. Da mobilização de ribeirinhos e pequenas comunidades rurais afetadas por um grande projeto de usina hidrelétrica à defesa de um prédio residencial ocupado por trabalhadores sem teto demandantes de uma justa reforma urbana, o conflito territorial é explícito.

Para identificar as motivações e tensões na formação do território, Souza (2013, p. 88) indica uma questão fundamental a ser pensada: “por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele?” Entre as várias possibilidades estão desde aquelas ligadas à materialidade, como “os recursos naturais da área em questão”, como aquelas relativas às

dimensões mais simbólicas, como as “ligações afetivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço”. De fato, como demonstra Haesbaert (2014, p. 57), o território “desde sua origem nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”. É assim que o território comporta “um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural/simbólica’” (HAESBAERT, 2012, p. 95-96); ou, dito de outra forma, o território “não é apenas um recurso de subsistência, troca ou espaço de poder, é também geo-história, identidade cultural, bem público e espaço de solidariedade, valores que vão além do Estado e dos mercados” (LOPES; PULIDO, 2013, p. 85).

A fronteira é um bom exemplo de como os aspectos mais concretos associam-se aos aspectos mais subjetivos. Afinal, é a fronteira “que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado” (BARTH, 2000, p. 34). Embora o antropólogo norueguês ressalte que não se trata da fronteira no sentido territorial, mas no sentido de fronteira social, os limites territoriais colocam demandas incontornáveis do grupo sobre o espaço.

Postas as fronteiras, explica Bauman (2005, p. 203), primeiramente ocorre o conflito, “uma tentativa desesperada de separar ‘nós’ e ‘eles’; então os traços cuidadosamente espiados ‘neles’ são tomados como prova e fonte de uma estranheza que não admite conciliação”. Assim, a fronteira faz-se referência para a emersão das diferenças (BAUMAN, 2001; BAUMAN, 2005). Dessa maneira, “o território define tanto o que lhe pertence quanto o que ele exclui” (BOSSÉ, 1999, p. 120).

Todavia, a ausência de marcos territoriais ancorados juridicamente também tende a suscitar nos grupos sociais a ânsia pela definição do território. A identidade territorial clama pela legitimidade e reconhecimento do que já é experimentado pelo pertencimento simbólico. O pertencimento, por sua vez, floresce concomitante à construção da territorialidade.

## 5. A TERRITORIALIDADE

Nascente na etologia, o conceito de territorialidade tratava da apropriação dos animais de um determinado espaço (HAESBAERT, 2012). Na antropologia tem se recuperado também o sentido da territorialidade como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico” (LITTLE, 2002, p. 3). Os

vínculos afetivos entre os indivíduos e o ambiente são um dos elementos para identificar e analisar a formação da territorialidade.

O sentido simbólico da territorialidade é reforçado também por Soja (1971, p. 34), quando aponta para o senso de identidade que o conceito evoca. Segundo o autor, o sentido simbólico manifesta-se “no desenvolvimento de um simbolismo territorial ou iconográfico (bandeiras, imagens, insígnias, certas estruturas físicas ou locais etc.)”. É inegável a força do aspecto simbólico na territorialidade; é assim, por exemplo, entre aqueles que não possuem juridicamente seu território que se percebe maior apego às identidades territoriais (HAESBAERT, 2014).

A territorialidade, entretanto, não se traduz apenas em sentidos simbólicos (relações de apropriação subjetiva), mas também funcionais (relações de dominação político-econômicas). Mesmo as identidades territoriais, produtos simbólicos do território, movimentam-se constantemente nessas duas dimensões, ora sendo reação a aspectos funcionais, como, por exemplo, identidades forjadas por grupos sociais destituídos de seu território, ora reforçando sua condição simbólica, quando grupos sociais evocam a terra como a alma de seu povo. A territorialidade, portanto, promove estabilidade no compartilhamento do espaço — e como consequência, no compartilhar das identidades —, fortalecendo assim o senso de apropriação (SCHMITZ, 2012). Dessa maneira, tanto o território gera territorialidade, no sentido de que os grupos sociais forjam sua identidade territorial, quanto a territorialidade produz condições de construção do território, especialmente no caso de grupos sociais que utilizam da territorialidade “como argumento para a construção efetiva do território” (HAESBAERT, 2014, p. 62).

Dada a combinação das lógicas territoriais zonais e reticulares, Haesbaert (2008) propõe o conceito de multiterritorialidade, produzido em diferentes modalidades de territorialização (Quadro 1). Duas fases identificam a multiterritorialidade. A primeira delas, moderna, está ligada à produção territorial em sua forma zonal. São geralmente hierárquicas, produzindo o pertencimento identitário escalar, do bairro ao país. A segunda delas, pós-moderna, relaciona-se à multiterritorialidade reticular. Nessa última, a contiguidade espacial “sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios” (HAESBAERT, 2012, p. 348). É o que estimula, por exemplo, usuários das metrópoles a viverem diferentes territorialidades em variados graus e, a partir dessa relação com o território, constituírem suas identidades.

<b>Territorialização</b>	<b>Características</b>
Mais fechada (quase uniterritorial)	Correspondência entre poder político e identidade cultural
Político-funcional mais tradicional	Pluralidade cultural sem pluralidade de poderes
Mais flexível	Sobreposição territorial, sucessiva (territórios periódicos/espços multifuncionais)
Efetivamente múltipla	Construção territorial em conexão com territórios multifuncionais e multi-identitários

**Quadro 1 – Modalidades de territorialização**

**Fonte: elaborado pelos autores a partir de Haesbaert, 2008, p. 25.**

As duas últimas modalidades de territorialização são mais recentes e mais comuns nas grandes metrópoles atuais. Todavia, a territorialização é percebida de maneira distinta. Como explica Haesbaert (2008, p. 352), “diferentes condições socioeconômicas definem diferentes territorialidades”. As dimensões mais subjetivas incluem-se aqui também, obviamente. Questões relacionadas a gênero, raça, sexualidade são facilitadores/inibidores da vivência plena por diferentes territórios (PUCCINELLI; REIS, 2020; MACHADO, 2018).

A vida cotidiana em sociedade, dada a condição gregária do homem, passa pelo encontro de várias territorialidades. Entretanto, a velocidade e densidade desses encontros ocorrem em maior intensidade em razão do avanço da técnica, permitindo liquidez cada vez maior dos fluxos. A sociedade contemporânea processa uma intensa “vivência concomitante de diversos territórios” (HAESBAERT, 2012, p. 8) e proporciona a existência de múltiplas identidades ou, ainda mais apropriadamente, uma identidade rizomática: afinal, para lembrar o escritor franco-libanês Amin Maalouf (1999, p. 12), “não é que eu tenha várias identidades: tenho somente uma, produto de todos os elementos que a configuram”.

## **6. IDENTIDADES TERRITORIAIS**

As identidades territoriais são engendradas, pois, pelo processo de territorialização. Nesse processo, “seja pela funcionalização (domínio) ou pela simbolização (apropriação), ou pela combinação simultânea desses dois movimentos” (CRUZ, 2011, p. 163) erigem-se diferenças e, a partir delas e com elas, produzem-se identidades. De todo modo, é importante considerar, como

faz Berdard (2017, s/p), que “a identidade de qualquer pessoa, comunidade ou coletividade tem uma forte condição territorial”.

Nesse sentido, é necessário reconhecer três características da natureza da identidade. Em primeiro lugar, ela é um constructo social, isto é, algo não naturalmente dado, e, como tal, instável e provisório. Em segundo lugar, a identidade somente existe em função do Outro, ou seja, é no processo de diferenciar-se do Outro que se emerge a singularidade da identificação. Em terceiro lugar, as identidades são fundadas em diferentes formas e processos de apropriação, nos quais os vínculos de pertencimento “constituem-se tanto pelas tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias etc.) como pelas traduções (estratégias para o futuro, rotas, rumos, projetos)” (CRUZ, 2011, p. 154). Dessa forma, a identidade “plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13).

Isso posto, a identidade territorial, embora possa apresentar-se como um todo coeso e aparentemente consensual, é constituída de um processo em que coletivos hegemônicos a moldam, ignorando ou eliminando aquilo que, na disputa dos sentidos, não se compatibiliza com a identidade forjada pelos grupos dominantes.

A identidade territorial é uma arena de disputa, tal qual o é a identidade social de forma geral. As referências espaciais, para isso, são seletivas, de modo que algumas perspectivas se tornam mais prestigiadas que outras, desvalorizando inclusive a contiguidade territorial (CLAVAL, 2013). Variações de escala também permitem múltiplos pertencimentos, da “paisagem como espaço cotidiano, ‘vivido’, que ‘simboliza’ uma comunidade, até um recorte geográfico mais amplo e em tese mais abstrato, com o Estado-Nação” (HAESBAERT, 1999, p. 179).

Como todo processo de identidade, a identidade territorial também se faz a partir do Outro. Para isso, os limites territoriais são muito importantes para produzir essa diferenciação. Por outro lado, e concomitantemente, a construção social da diferenciação exige o reconhecimento oficial de novos limites (como se vê, por exemplo, nas lutas dos povos sem território). A importância do território para a identidade é fulcral: dele emanam os símbolos de identificação (monumentos, construções, paisagens etc.). É do território que se obtém o “resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (ALMEIDA, 2005, p. 109). Assim, os sujeitos assumem-se portadores do

“nós” a partir do “bairro, do vilarejo, da pequena região ou da nação” (CLAVAL, 2013, p. 127), etiquetando-se em processo de diferenciação.

As identidades são construídas simultaneamente ao processo que Cavalcante e Elias (2011) chamam de “apropriação”. Para as autoras, o processo de apropriação constitui-se “na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (CAVALCANTE; ELIAS, 2011, p. 63). O processo é dialético e retroalimentado: enquanto os sujeitos se projetam sobre o espaço, produzindo-o e vivenciando-o, o espaço também é a eles introjetado, fortalecendo o vínculo entre ambos. Dessa forma, processos de apropriação por ação/transformação e por identificação simbólica contribuem para a formação das identidades territoriais. Assim, “andar no lugar é fazer trafegar a própria origem, a memória, as alegrias esquecidas ou as dores dormentes. Não se respira senão o que o lugar apresenta, donde pode ser concebido, o pulmão é obra e relação geográfica” (CHAVEIRO, 2012, p. 276).

De fato, é por meio do relacionamento com o ambiente cotidiano que os grupos constroem suas identidades territoriais; em outras palavras, “interiorizados os significados das formas espaciais, os sujeitos dotam-nas de sentidos e estabelecem identidades” (PELUSO, 2005, p. 27). Territorializam-se na medida em que se apropriam simbolicamente do espaço. Assim, “o território compõe também o ‘ser’ de cada grupo social, por mais que sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua” (HAESBAERT, 1999, p. 186). A apropriação, aqui, tangencia tanto o território quanto o lugar. Afinal, ao carregarem de sentido, pela vivência cotidiana, um espaço antes reificado, comum, banal, dele se apropriando, os sujeitos transformam-no em lugar.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A operação dos conceitos, na Geografia, tem recebido reclamações por usos polissêmicos, indiscriminados e, em algumas circunstâncias, inapropriados. É certo que há consensos na comunidade geográfica que traduzem melhores caminhos para operá-los.

Assim, ao se deparar com determinadas questões de pesquisa, o pesquisador é provocado, por exemplo, pela necessidade, no plano analítico, de se pensar a operacionalidade

conceitual de território e lugar, que dificilmente se extrairia de paisagem e região. Por conseguinte, optar por usar “rede” ou “espaço” quando, na interpretação do fenômeno, outros conceitos traduziriam melhor a teia dos significados geográficos é um equívoco. No entanto, o transitar pela literatura fundante dos conceitos permite, certamente, relativizar muitos rigorismos (especialmente entre aqueles que defendem a existência de conceitos puros, sem intersecções a outros mobilizados pela mesma área disciplinar) quando se tem conceitos que se sobrepõem — como é o caso de território e lugar.

De início, é necessário sublinhar o potencial analítico quando se considera os conceitos em movência, articulados em uma constelação conceitual. A iluminação do objeto pesquisado dá-se em mais intensidade. Além disso, evita-se congelá-los em uma fórmula, prática esterilizante da pesquisa reflexiva, ou estabelecê-los em limites apriorísticos. Contorna-se, ainda, questionamentos do tipo “por que esse conceito e não aquele”.

As fontes teóricas precisam ser observadas e, caso haja algum conflito na operação entre um conceito e outro, em função de filiações epistemológicas distintas, é necessário estabelecer, na narrativa da pesquisa, encaminhamentos para superação da contradição.

Por fim, resta reconhecer a eficácia da mobilização conceitual território/lugar na organização do conceito de identidade territorial. São pares dialéticos (SERPA, 2017). O potencial analítico da constelação de conceitos organizada a partir de ambos, território e lugar, torna bastante sedutor o desenho de um novo conceito, certamente muito atraente para uso em pesquisas que tenham a identidade territorial como foco: o lugar-território.

Há, ao menos, cinco proposições já realizadas: Lopes (2008), tendo como referência o espaço geográfico da criança; Suzart et al (2009), tratando de referenciais espaciais para educação inclusiva; e, especialmente, Duarte (2008), Lima (2014), Saquet (2014; 2018), e Silva e Vargas (2020), aprofundando no uso do conceito ao se debruçar sobre motivações e ganhos com a propositura.

Dessa forma, o conceito de lugar e território, articulados intimamente em *um novo conceito*, assumiria centralidade, “entendido como um espaço-tempo onde o povo vive, sente, percebe (...) luta, resiste, degrada, preserva; onde é extorquido, explorado, subordinado e pode reordenar as relações de poder para viver de maneira mais simétrica” (SAQUET, 2018, p. 488).

Contrariando Deleuze, que advoga para a Filosofia o monopólio da cunhagem de conceitos, a Geografia mostra-se atenta com as demandas apresentadas pelo seu campo de investigação e não se furta, além de afiar seu ferramentário de análise já tradicionalmente recorrido, a propor novas conceituações.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBUQUERQUE, E. S. O resgate da geografia regional por meio de um conceito político de região. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 1, n.9, p. 63-77, 2001.
- ALMEIDA, M. G. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 103-114, 2005.
- \_\_\_\_\_. Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 91-111, abr/2020.
- ALMEIDA, M. C. de. **Identidade territorial: a geografia das construções e dissoluções culturais urbanas**. 2005. 141p. Dissertação (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ARCARO, R.; GONÇALVES, T. M. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 25, p. 38-63, mai./ago. 2012.
- BRUM NETO, H. **Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. 2007. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BEDARD, M. Les vertus identitaire, relationnelle et heuristique de la territorialité – D’une conception culturelle à une conceptualisation tripartite. **Cybergeog**: European Journal of Geography, Espace, Société, Territoire, Dez. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cybergeog/28853>. Acesso em 21 abr. 2021.
- BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, N. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 93- 116.
- BOSSÉ, Mathias Le. Les questions d’identité en géographie culturelle: quelques aperçus contemporains. **Géographie et cultures**, v. 31, p. 115-126, 1999.
- BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- BOYER, V.; STOLL, É. Correspondance entre territoires et identités: une construction patrimoniale?, **Autrepart**, v. 84, n° 4, p. 3-11, 2017.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007.
- CARNEIRO, M. de F. B. Identidade regional Norte Mineira, a cultura sertaneja. **Revista Cerrados**, v. 3, n. 01, p. 97-109, 31 dez. 2005.
- CASTREE, N. Place: Connections and Boundaries in an Interdependent World. In: CLIFFORD, N.; HOLLOWAY, S.; RICE, S.; VALENTINE, G. (Org.). **Key concepts in Geography**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2009.
- CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 63-69.
- CHAVEIRO, E. F. Corporeidade e Lugar: elos da produção. MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 249-279.
- CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180. ago. 2010.
- CLARAMUNT, M. C. **Configuração urbana e identidade espacial**: estudo de localidades praianas na Ilha de Santa Catarina. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. In: ALMEIDA, M. G.; ARRAIS, T. A. É Geografia, é Paul Claval. Goiânia: FUNAPE, 2013.
- COUTINHO, M. A. F. **Evolução urbana e qualidade de vida**: o caso da Avenida Epitácio Pessoa. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento em Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- CRUZ, V. do C. Uma proposta metodológica para o uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, UFRGS, 2010.
- \_\_\_\_\_. **R-existências, Territorialidade e Identidades na Amazônia**. Terra Livre, São Paulo, v. 1, p. 63-89, n. 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.
- DUARTE, M. de B. O “lugar-território” na complexidade da realidade contemporânea: incursões teóricas a partir da intersubjetividade. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26 Jun/2008. p. 185 – 192.
- FAGNONI, E. Patrimoine versus mondialisation? **Revue Géographique de l'Est**, v. 53, n. 3/4, 2013. p. 1-18.
- FALCADE, I. **A paisagem como representação espacial a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e**

**Monte Belo (Brasil)**. 2011. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GRAELM, K. S. **A relação entre lugares e não-lugares na cidade: um estudo da apropriação do serviço de acesso à Internet nos Faróis do Saber de Curitiba**. 2007. 203 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

GUERRA, L. A relação entre teoria e pesquisa nas ciências sociais. **Raízes** (UFPB), João Pessoa, v. 32, p. 9-26, 2012.

GUSMÃO, A. C. S. C. de. **O lugar da paisagem nos olhares do pensamento**. De Alagoas a Maceió: narrativas e visualidades. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190.

\_\_\_\_\_. Território, Cultura e Des-Territorialização. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA R. L.(orgs.) **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro, Ed. da UERJ, 2001. p.115-144.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. da C.; PIRES, Claudia L. Z.; Ueda, V. **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, Caxias do Sul, n. 3, p. 2-24, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Cosmopolitanism and the geographies of freedom**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009.

JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M. Identidade e Personificação do Lugar na Apropriação do Espaço pelos Nativos de Ibiraquera, SC. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 47, n. 1, p. 117-132, abr. 2013.

KOHLSDORF, M. E. Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, vol. 1, núm. 2, p. 1-13, ago/dez, 2005.

LEITE, C. M. C. **O Lugar e a Construção da Identidade: os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental**. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LENCIONI, S. Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 24, p. 109-123, 2008.

- LIMA, L. N. M. **Da folia ao giro da santa: território-lugar e identidade na romaria kalunga de N. Sra. Aparecida**. 2014. 199 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- LINS, J. N. **Cidade e identidade: discursividades imagético-espaciais e a construção da identidade espacial do Recife, Veneza Brasileira**. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Universidade de Brasília: Brasília, 2002.
- LOPES, J. J. N. Geografia das crianças, geografias das infâncias. **Contexto & Educação**, v. 23, nº 79, p. 65-82, Jan./Jun, 2008.
- LOPES, J. R.; PULIDO, N. Hétérogénéité territoriale, inégalité sociale et développement local: un débat en cours. **Sud-Ouest européen**, v. 35, p. 85-94, 2013.
- LOW, S. **Spatializing Culture: The ethnography of space and place**. Nova Iorque: Routledge, 2017.
- LOYOLA, J. S. Glissant, o menino Benjamim e a literatura do caos-mundo. In: OLIVEIRA, M. R. D. de; PALO, M. J. (Org.). **Agamben, Glissant, Zumthor - voz, pensamento, linguagem**. São Paulo: EDUC, 2013, p. 197-216.
- MAALOUF, A. **Identidades asesinas**. Madri: Alianza Editorial, 1999.
- MACHADO, T. C. A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia (GO). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 201-218, abr, 2018.
- MARANDOLA JR., E. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 227-247.
- MELLO, J. B. F. de. A humanística perspectiva do espaço e do lugar. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 9, p. 07-14. jan./jun. 2011.
- MONDARDO, M. L. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n.19, p. 111-137, jan./jun 2009.
- MOREIRA, E. V. HESPANHOL, Rosana A. de M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 14, v. 2, p. 48-60, ago./dez. 2007.
- MOTTER, A. F. C. **Um olhar sobre o processo de transformação da paisagem na bacia do rio santa rosa (NW do RS), de 1915 até os dias atuais**. 2011. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- MOURAO, A. da R. T.; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 11, n. 2, p. 143-151, Ago. 2006

NASCIMENTO; F. B. do. SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out. 2010.

NETTO, M. M. G. **A paisagem de Ouro Preto**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PANITZ, L. M. Geografia e música: uma introdução ao tema. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 17, n. 978. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-978.htm>>. Acesso em 01 abr. 2021.

PAULA, R. Z. A. de. **Região e regionalização**: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada (HEERA)*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 66-80, jul./dez. 2006.

PELUSO, M. L. O indivíduo como sujeito de conflitos sociais: identidade e território. **Espaço & Geografia**, Brasília, v.8, n.1, p. 23-50, 2005.

PINHEIRO, R. S.; FERRAZ C. B. O. **Linguagem geográfica e literária**: apontamentos acerca da construção da identidade territorial sul-mato-grossense. **Raído**, Dourados, MS, v. 3, n. 5, p. 87-101, jan./jun. 2009.

POLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 7-23, jan./jun. 2010.

PUCCINELLI, B.; REIS, R. P. dos. “Periferias” móveis: (homo)sexualidades, mobilidades e produção de diferença na cidade de São Paulo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 58, 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332020000100505&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332020000100505&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 dez. 2020.

REIS, L. M. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-98, jan./jul. 2007.

REIS JÚNIOR, D. F. da C. Filosofia da ciência e geografia física. **Humboldt - Revista de Geografia Física e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2021.

SANTANA, M. dos A. de. **A essência do lugar em Santa Tereza de Olinda**: um estudo sobre identidade de lugares urbanos à luz de Norberg-Schulz. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 20, n.3, p.479-505, set./dez, 2018.

\_\_\_\_\_. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S. (Orgs.). *Identidade, território e resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 11-36

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, vol.1, p. 3-16. 2009.

SERPA, A. Seu lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 21, n. 2, p. 586-600, ago. 2017.

SCHMITZ, S. Un besoin de territoire à soi : quelques clés pour un aménagement des espaces communs. **Belgeo**, v. 1-2, dez. 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/belgeo/6627>. Acesso em 19 Nov. de 2020.

SILVA, C. B.; VARGAS, M. A. M. Travessias e itinerários que fazem o “ser” ribeirinho sertanejo no baixo Rio São Francisco. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 74, p. 375-394, jan./abr. 2020.

SILVA, E. B. da. Território e identidade territorial: elementos para a análise da agricultura agroecológica camponesa como caminho para permanência na terra no cerrado. **Élisée**, Rev. Geo. Anapólis, v.3, n.1, p.80-95, jan./jun. 2014.

SILVA, V. C. P. da. A cidade no labirinto: descortinando metáforas da pós-modernidade. **Soc. nat. (Online)**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 147-158, Abr. 2009.

SMITH, N. Geography, Difference and the Politics of Scale. In: DOHERTY, J. et al. (Org.). **Postmodernism and the Social Sciences**. Londres: MacMillan, 1992. p. 57-79.

SOJA, E. **The political Organization of Space**. Washington: AAG Comission on College Geography, 1971.

SOUZA, M. J. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ambientes e territórios**. Uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição ao ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SUZART, C. et al. Compreendendo o território-lugar como ponto de partida para a inclusão social. In: DÍAZ, F. et. al. (Orgs.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. EDUFBA, Salvador, 2009, p. 61-70.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo, Difel, 1995. p. 143-164.

VIEIRA, R. **Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco de deslizamento**. 2004. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Enviado em 04/12/2021

Aceito em 17/12/2022